

## PATRIARCADO, GÊNERO E EDUCAÇÃO: A DOCÊNCIA EM QUESTÃO NUMA CIDADE DO INTERIOR DA BAHIA

CLÁUDIA VIEIRA SILVA SANTOS<sup>1</sup>  
MARIA DE FÁTIMA DE ANDRADE FERREIRA<sup>2</sup>

*O período do “estabelecimento do patriarcado” não foi um “evento”, mas um processo que desenrolou durante um espaço de tempo de quase 2.500 anos, de cerca de 3.100 a 600 anos a. C. Aconteceu, mesmo no Antigo Oriente Próximo em ritmo e momento diferentes, em sociedades distintas (LERNER, 2019, p.28).*

Este texto é um recorte teórico da pesquisa de mestrado intitulada: *Branquitude e seus privilégios: estudo descritivo com professoras autodeclaradas brancas na Escola Carolina Maria de Jesus, Maracás-BA*, e que teve como objetivo investigar de que modo as professoras autodeclaradas brancas, interlocutoras da pesquisa dizem/falam/pensam sobre as relações étnico-raciais e de que modo percebem sua própria branquitude diante de seus alunos na escola, observando se utilizam estratégias para combater/manter/reforçar a branquitude e seus privilégios.

Pretendemos nesse texto discorrer sobre a situação da mulher em meio ao sistema patriarcal gerada pela dominação do homem que tem reproduzido e alimentado relações sociais injustas e desigualdade entre os sexos, colocando as mulheres à margem da sociedade, submissas ao poder do homem.

No entanto, apesar de justificar sua importância não é objetivo agora discorrer e debater com profundidade o assunto, mas há necessidade de posicionamento quanto o lugar que a mulher ocupava e vem ocupando na luta por direitos iguais, bem como conhecer suas potencialidades e limitações frente a uma sociedade machista, racista, sexista e preconceituosa.

O termo patriarcado tem despertado estudos feministas, no intuito de que, seja colocado em pauta as relações de poder entre homens e mulheres. No

---

<sup>1</sup> Mestra em Relações Étnicas e Contemporaneidade (PPGREC), pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB, Campus de Jequié-BA. Especialista em Coordenação Pedagógica – UFBA. Licenciada em Pedagogia - UNEB. E-mail: klaudia\_vieira@hotmail.com.

<sup>2</sup> Pós-doutorado em Antropologia Social pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Doutora em Educação (UFBA). Professora do Programa de Mestrado Acadêmico em Relações Étnicas e Contemporaneidade (PPGREC), Campus de Jequié-BA.

entanto, o uso do termo vai além do que supostamente imaginamos, pois não basta apenas a análise das relações de gênero, mas também estão imbricados nesse conceito o entrelaçamento de outras esferas como: poder, raça, etnia e a relação exploração-dominação.

“A criação do patriarcado: história da opressão das mulheres pelos homens” de Gerda Lerner (2019) faz um diálogo com o objetivo de compreender como essas mulheres estavam situadas em relação aos homens e traça o efeito para os dias atuais, porém não se sabe ao certo sobre o seu surgimento, no entanto ela percorre 2600 anos de história humana e mostra com dados históricos como o patriarcado se manifesta na literatura e arqueologia.

Segundo Lerner (2019), o termo patriarcado faz parte de um processo histórico de apagamento das mulheres, o que revela que o patriarcado não é algo natural ou biológico, embora a sociedade invista na naturalização fazendo acreditar que a mulher por conceber a maternidade lhe seja dada o espaço doméstico como inerente à sua essência. Essa ideia se tornou tão forte na sociedade patriarcal contemporânea que, por mais que a mulher se esforce, busque sua independência financeira, trabalhe fora do lar, ao retornar para casa os afazeres domésticos estão lá sob sua responsabilidade.

Essa situação nos faz acreditar o quão é importante que a mulher busque a liberdade de posicionamento crítico frente a situação, pois, o trabalho fora de casa por si só não garante a não submissão frente a dominação masculina. Em outras palavras, podemos dizer que o homem possui melhores oportunidades e benefícios na sociedade, já as mulheres, ao fazerem parte de grupos marginalizados, não tem os mesmos direitos além de cumprir muitas vezes dupla jornada de trabalho.

Nessa discussão, várias autoras como Saffioti (1987; 2015), Lerner (2019), Louro (2014), Schwarcz (2019), têm se debruçado nessa análise, numa perspectiva de aprofundamento sobre o poder que é dado aos homens e em que medida esse poder gera o apagamento e submissão das mulheres. Cabe salientar que estamos falando de uma figura opressora idealizada pela sociedade patriarcal como bem coloca Saffioti (2015) ao dizer que: “(...) o poder é macho, branco e, de preferência, heterossexual” (SAFFIOTI, 2015, p. 33).

Não seria comum destacarmos a invisibilidade do termo visto que o

patriarcado perpassa pelos mais variados ambientes, o mesmo tem tomado uma dimensão assustadora, pois, ao que parece o termo se camufla a partir de uma perspectiva de que tudo é visto como um processo histórico "natural", "normal", "certo", "óbvio" a ponto de passar despercebido ao mesmo tempo violento, temeroso e perturbador.

Sobre essa questão Lerner (2019) afirma:

*O patriarcado mantém e sustenta a dominação masculina, baseando-se em instituições como a família, as religiões, a escola e as leis. São ideologias que nos ensinam que as mulheres são naturalmente inferiores. Foi, por exemplo, por meio do patriarcado que se estabeleceu que o trabalho doméstico deve ser exercido por mulheres e que não deve ser remunerado, sequer reconhecido como trabalho (LERNER, 2019, p. 18).*

Essa afirmação não nos parece tão distante, pois, se olharmos para os lados, veremos como a dominação do homem sobre a mulher ainda é muito intensa, e não podemos negar que "As mulheres participam no processo de sua subordinação porque internalizam a ideia de sua inferioridade" (LERNER, 2019, p.18). Nesse sentido, a autora reforça essa afirmação questionando: "O que poderia explicar a "cumplicidade" histórica das mulheres em preservar o sistema patriarcal que as subjogava e em transmitir tal sistema, ao longo das gerações, a seus filhos, de ambos os sexos?" (LERNER, 2019, p. 26).

As palavras de Lerner (2019) nos levam a refletir sobre como as mulheres vêm sendo ensinadas desde crianças a se comportarem de uma forma baseada em seu sexo biológico, como exemplo temos que desde cedo as crianças são ensinadas a se comportarem diferentes, comportamentos que distinguem o menino da menina na dimensão psicológica, do trabalho, de atitudes e no comportamento. Assim, comportamentos dóceis, delicados e cordatos são ideais para a socialização das meninas, para os meninos além de serem fortalecidos para o uso da razão e do poder, eles também são estimulados para a agressividade, a força e a virilidade, ou seja, dentro da família, os pais ensinam seus filhos princípios que fazem apologia à dominação e a submissão.

Saffioti (1987) também traz contribuições significativas, para se pensar como o debate sobre o patriarcado continua imprescindível para a compreensão de questões que se entrelaçam e que estrutura a sociedade como um todo.

*A ideologia machista, que considera o homem um ser superior à mulher, não entra apenas na cabeça dos homens. Também as mulheres,*

majoritariamente, acreditam nestas ideias e as transmitem aos filhos. Quando proibem os filhos de chorar, alegando que “homem não chora”, e exigem que as filhas “se sentem como mocinhas”, estão passando aos mais jovens este sistema de ideias que privilegia o homem em prejuízo da mulher (SAFFIOTI, 1987, p. 34).

No entanto, Louro (2014, p. 25) diz que “para que se compreenda o lugar e as relações de homens e mulheres numa sociedade importa observar não exatamente seus sexos, mas sim tudo o que socialmente se construiu sobre os sexos”, assim percebemos que o valor da mulher está historicamente associado à sua capacidade reprodutiva, já o homem se encontra ainda numa posição de controle em diversos aspectos da vida social.

Dessa forma, o poder do homem sobre a mulher ainda é muito forte na sociedade contemporânea, “o poder do macho” em muitos casos se estabelece pelo fato de ser o provedor do lar, ser responsável pelo sustento da família, quem ainda não ouviu a frase “ruim com ele, pior sem ele” essa afirmação construída na sociedade atual nos faz crer que as relações de gênero ainda continuam sendo patriarcais, pois as mulheres ao longo dos tempos foram sendo colocadas numa posição de submissão em relação ao homem sendo obrigadas a desde cedo desenvolver habilidades para trabalhos domésticos, ser boa esposa, mãe exemplar, mesmo desempenhando função remunerada fora do lar. Essa desigualdade não buscou apenas a ordem familiar, mas também social, política e religiosa, portanto, pensar nessas questões é imprescindível para uma leitura crítica do mundo.

Ainda sobre a submissão das mulheres, Schwarcz (2019) em seu livro “*Sobre o autoritarismo Brasileiro*” traz dados importantes que refletem a dimensão do patriarcado na esfera social e política. Vejamos o que informa a autora (2019, p. 176):

- Terminadas as eleições de 2018, temos apenas 77 mulheres entre 513 deputados federais, totalizando 15% das cadeiras (p.187);
- Em 1993, o total de mulheres brancas com mais de sessenta anos de idade representava 9,4%, e o de mulheres negras, 7,3%. Em 2007, os percentuais alcançaram 13,2% e 9,5%, respectivamente (p.176)
- Entre 2001 e 2011, 50 mil mulheres foram assassinadas, de acordo com dados do Ipea (p. 184);

Ao observar esses dados colocados por Schwarcz (2019), percebemos que o

patriarcado tem uma dimensão bem maior do que imaginamos, pois não se trata apenas de um problema pontual, mas abrangente, não se trata apenas da dominação do homem sobre a mulher no espaço particular, mas também o fato de que em muitas áreas da sociedade, como na política, ainda temos poucas mulheres em cargos de liderança. No Brasil, nem precisamos dizer que os cargos políticos são ocupados em sua grande maioria por homens brancos e a presença de poucas mulheres se deve ao fato das lutas delas e de suas conquistas.

Uma das grandes conquistas no cenário político foi o direito ao voto concedido só em 1932, pois jamais poderiam participar dos grupos de liderança, nem tão pouco votar. Para Schwarcz (2019) o *nosso passado escravocrata reaparece como marcador social sob a forma de governos autoritários que marcam presença por meio da política brasileira, portanto, não podemos negar as violências que vivemos e presenciamos hoje são resquícios do nosso passado.*

Assim, essas discussões nos fazem perceber como no interior de uma sociedade capitalista, racista e colonialista as relações de gênero se diferem quando analisadas do ponto de vista racial, étnico e religioso, nos possibilitando visualizar elementos que estruturam nossa sociedade.

Já no campo da educação, a mulher ocupa um lugar que não poderia ser diferente tendo em vista a tão argumentada maternidade. Se as mulheres estavam aptas a cuidar dos filhos, obviamente saberiam cuidar da educação de crianças na escola.

Nesse sentido, o magistério estaria de certa forma vinculado à educação de crianças/filhos e filhas, evidente que as mulheres deveriam em sua essência apresentar atributos específicos como: a sensibilidade, a doçura, o amor, modelos de virtudes, o cuidado dentre outras características que possam fazer jus a profissão. Como bem coloca Louro (2014, p. 101), as mulheres que ocupam lugares no campo educacional são “compreendidas como mães espirituais – cada aluno ou aluna deve ser percebido/a como seu próprio filho ou filha”.

*Por um largo tempo associou-se, então, a professora com a solteirona, com a mulher que não conseguiu casar. Se o casamento e a maternidade constituíam o destino “natural” e desejado para todas as mulheres, àquelas para as quais isso parecia de algum modo inalcançável restaria se entregar a tarefas que tivessem uma analogia com tal missão. Assim, a concepção do magistério como uma extensão da maternidade, como um exercício de doação e amor como uma atividade que exigia uma entrega vai constitui-*

*lo como a grande alternativa. As moças que "ficavam" solteiras podiam se sentir vocacionadas para o magistério; elas eram, de algum modo, chamadas para exercer a docência (LOURO, 2014, p. 108).*

As evidências históricas nos mostram como se deu as primeiras instruções na vida escolar de crianças, e percebemos como historicamente fomos afetados por esses ideais construídos ao longo dos anos.

## **Gênero, mulher, docência: perfil branco e feminino**

Diante das discussões acerca dos avanços considerados sobre a história das relações de gênero, ainda é possível perceber que essas discussões denotam ideias arraigadas e estereotipadas sobre o homem e sobre a mulher. Relações ainda presas ao domínio masculino e, em contrapartida, à submissão da mulher. Se adentrarmos à história das relações de gênero podemos nos deparar com algumas questões que revelam comportamentos patriarcais, misóginos, autoritários e o que pensam sobre a mulher, gênero, perfil branco na docência. Os espaços geográficos, levando em consideração as mais diversas culturas e as épocas históricas, são importantes para essa análise, quando permitem compreender melhor o contexto histórico-social, observando os acontecimentos e fenômenos do passado e suas mudanças e permanências no presente. E foi nesse movimento que chegamos até aqui, mediante uma análise de aproximações e distanciamentos, a partir de uma época para outra, porém relacional.

Em meados do século XIX, as mulheres eram submetidas a várias regras perante a sociedade e, não foi à-toa que se dizia "que o magistério era próprio para as mulheres porque era um trabalho de um só turno, o que permitia que elas atendessem suas obrigações domésticas no outro período" (LOURO, 2007, p. 453). E, nesse contexto, alimentaria uma ideia otimista de que a educação seria um progresso para o país. Assim, a docência é marcada pela dedicação, pelo cuidado, pela educação e pela forma dócil de ser, tais atributos vistos pela sociedade como inerentes às mulheres. Mas o que foi constatado nas escolas-campo sobre a feminização do magistério? É o que veremos no tópico a seguir.

**O CAMPO E SUAS REVELAÇÕES – Feminização do magistério: do lar às salas de aula**

É importante destacar que para responder ao objetivo “Realizar pesquisa exploratória para mapear as escolas públicas municipais de Maracás- BA, que ofertam anos iniciais do ensino fundamental, para delimitar tema/objeto de estudo, decidir pelo campo e sujeitos da pesquisa”, também foi possível através do mapeamento trazer informações importantes sobre a quantidade de professores (as) que lecionam nos anos iniciais na cidade de Maracás por sexo, para isso 5 (cinco) escolas foram mapeadas assim denominadas A, B, C, D e E.

Desse modo, podemos verificar os resultados dos dados coletados na Tabela 1, a seguir:

*TABELA - 1: Quantidade de professores (as) dos anos iniciais das escolas na sede da cidade de Maracás, BA – 2021*

ESCOLAS DOS ANOS INICIAIS (1º - 5º) DO ENSINO FUNDAMENTAL			
ESCOLAS	QUANTIDADE DE PROFESSORES	MULHERES	HOMENS
A	09	08	01
B	10	09	01
C	14	12	02
D	13	11	02
E	14	12	02
TOTAL	60	52	08

Fonte: Arquivo da Pesquisa, 2021.

Na Tabela 1 podemos verificar que as 5 (cinco) escolas que ofertam os anos iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º) e foram denominadas pelas letras do alfabeto A, B, C, D, E, além da quantidade de professores(as) que lecionam no município, representando um total de 60, sendo 52 mulheres e 08 homens.

De acordo com os resultados da análise de dados representados na Tabela 1, podemos verificar que, aproximadamente, 87% dos professores são mulheres. Um outro dado importante é que dos 8 (oito) professores homens, 6 lecionam a disciplina Educação física e Inglês, com uma carga horária de 1h/aula por turma

durante a semana. Ou seja, quem de fato está em sala de aula com alunos/as em horário integral são as professoras.

Esses dados confirmam que, apesar das discussões atuais sobre gênero, ainda percebemos que as salas de aulas nos anos iniciais são em sua totalidade lideradas por mulheres. Para Scott (1995), a questão do gênero passou a ser vista como verdadeiras “construções sociais” em que reverbera os papéis próprios aos homens e às mulheres.

Dessa forma, “as mulheres têm filhos e que os homens têm uma força muscular superior”. Nessa mesma vertente, Louro (2014) diz que, com base no que coloca Scott (1995), a docência ainda é vista como uma profissão feminina, pois seria de certa forma uma extensão da maternidade.

[...] o magistério precisa, pois, tomar de empréstimo atributos que são tradicionalmente associados às mulheres, como amor, a sensibilidade, o cuidado, etc. para ser reconhecido como uma profissão admissível ou conveniente (LOURO, 2014, p. 100).

Nessa perspectiva, podemos dizer que ser/estar professor/a ainda se trata de demarcação de lugar a partir do gênero, o que nos faz pensar que a profissão docente na cidade de Maracás-BA, está diretamente ligada à atuação das mulheres o que tem reforçado as relações de poder entre homens e mulheres.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Podemos dizer que, nas escolas pesquisadas nos primeiros anos de escolarização a docência é claramente feminina, pouco se vê, ou melhor, em algumas escolas nem se vê homens professores em salas ensinando crianças. *Isso se deve ao fato de que foi cristalizado que as mulheres têm, por natureza, uma aproximação e cuidado com crianças e que seriam boas educadoras com qualidade docentes adequadas. Desse modo, se torna natural confiar a educação dos filhos às mulheres, como bem coloca Louro (2007, p. 450), ao afirmar que,*

Se o destino primordial da mulher era a maternidade, bastaria pensar que o magistério representava, de certa forma, ‘a extensão da maternidade’, cada aluno ou aluna vistos como um filho ou uma filha ‘espiritual’. O argumento parecia perfeito:



a docência não subverteria a função feminina fundamental, ao contrário, poderia ampliá-la ou sublimá-la.

Esse é apenas um entre tantos exemplos que temos ao afirmar que os efeitos do patriarcado persistem em todas as dimensões sociais da vida. *Entendemos que ser professora foi por muito tempo considerado uma profissão feminina, essa ideia não chega por acaso na educação ainda nos dias atuais.*

*Nesse sentido, ainda percebemos que a maioria dos profissionais da educação são do sexo feminino nos fazendo pensar e refletir sobre diversas questões atravessadas inclusive sobre uma pedagogia sexista, machista dentro do espaço escolar.*

## REFERÊNCIAS

LERNER, Gerda. A Criação do Patriarcado: História da opressão das mulheres pelos homens. São Paulo: Cultrix, 2019.

LOURO, Guacira Lopes. Mulheres na sala de aula. In: DEL PRIORE, M. (Org.). História das Mulheres no Brasil. São Paulo: Contexto, 2007. p. 443-481.

LOURO. Guacira Lopes. Gênero, sexualidade e educação: Uma perspectiva pós-estruturalista. 16 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

SAFFIOTI, Heleieth. Gênero, patriarcado, violência. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular: Fundação Perseu Abramo, 2015.

SAFFIOTI, Heleieth. O poder do macho. São Paulo: Moderna, 1987.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. Sobre o autoritarismo brasileiro. São Paulo: Companhia das letras, 2019.

SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil para a análise histórica. Educação & Realidade, v. 20, n. 2, p. 71-99, 1995.